

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

### **Muitos sujeitos, outros governos, nenhuma pátria: fugitivos, autoridades e disputas territoriais na Amazônia entre os séculos XIX e XX**

ADALBERTO PAZ\*

No final do século XIX, a crescente movimentação de indivíduos de um lado a outro da instável fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, passou a ser assunto recorrente nos contatos entre os presidentes da província do Pará e os secretários de negócios estrangeiros, nos últimos anos do Império. Desde o começo do século XVIII, um acordo entre o governo francês e português havia estabelecido uma zona politicamente neutra entre os rios Oiapoque e Araguari, abarcando boa parte da porção norte do atual estado do Amapá até o limite com aquela possessão francesa, constituindo, assim, uma área livre de qualquer jurisdição de ambos os países. Tal situação tornou esse território bastante propício ao surgimento de quilombos e mocambos, facilitando a circulação de fugitivos, desertores e aventureiros em busca de riquezas, sobretudo nas regiões de garimpo (GOMES, 2005).

Porém, não eram apenas as constantes fugas de escravos em direção à Caiena, ou mesmo os quilombos no próprio Amapá, o que preocupava as autoridades brasileiras. O movimento no sentido contrário também passou a incomodar, mais especificamente, as sucessivas incursões de expedições francesas atravessando o rio Oiapoque em direção às vilas amapaenses. Durante décadas, o olhar governamental sobre essa região se transformou em um significativo volume de documentos que atualmente compõem o acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, criado em 1828.<sup>1</sup>

No Brasil, segundo José Honório Rodrigues, a política de gestão documental dos governos centrais mantém arquivos no interior da sua estrutura administrativa desde o Primeiro Reinado. Nesse quadro se inserem desde instituições como o Arquivo Nacional, criado pela constituição de 1824, passando pelos arquivos ministeriais, até aquilo que o autor chama de “salas centrais de arquivamento”, muitas vezes simples depósitos que apenas cumprem a função de separar os documentos ativos dos inativos nos órgãos e repartições, com

---

\* Professor do colegiado de História da Universidade Federal do Amapá. E-mail: adalbertojpgaz@hotmail.com

<sup>1</sup> A maior parte da documentação diplomática brasileira produzida até 1959 encontra-se no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. O acervo posterior a essa data está em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores. <<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/pes>>. Acesso em: 4 de dez. 2012.

a eventual perda ou destruição destes últimos por descuido, mau armazenamento, descarte, incêndio (ou incineração deliberada) e outras intempéries (RODRIGUES, 1978:183).

Pelo expressivo volume de documentos mantidos pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, contudo, pode-se deduzir que a maior parte do que foi produzido e recebido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros foi conservado, o que nos possibilita acompanhar a sequência de muitos eventos dos quais aquele órgão se ocupou ao longo de décadas, assim como alguns personagens e seus posicionamentos, com significativa riqueza de informações.

Dessa forma, embora se trate de uma documentação diplomática, este trabalho pretende analisar as correspondências oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros como fonte de pesquisa para a História Social. Assim, o desafio posto desde o início é o de perceber os sujeitos e suas experiências em diferentes dimensões, através do olhar de diversas autoridades (políticas, militares, civis, religiosas, etc.), mesmo quando estas estavam muito pouco interessadas no cotidiano e na complexidade populacional amazônica do período aqui analisado, ou seja, o século XIX.

Através de sucessivas séries de ofícios e relatórios podemos entender melhor alguns dos caminhos percorridos pelas autoridades no intuito de apurar situações que pareciam demandar maior atenção. É o que se pode notar, por exemplo, através de uma série iniciada com um ofício da presidência do Pará datado de 24 de setembro de 1883, informando que um jornal da vila de Vigia, um posto fiscal próximo a Belém, havia noticiado a presença de engenheiros, médicos e dois padres franceses no que já era conhecido como Contestado franco-brasileiro.<sup>2</sup>

Naquele mesmo ofício, o presidente afirma que havia remetido um juiz a Vigia para confirmar ou não a notícia e colher maiores informações. Também declarava que solicitara “toda a atenção” ao comandante da colônia militar Pedro II, localizada no rio Araguari, e em Macapá havia alertado ao juiz e ao comandante da fortaleza de São José. No ensejo, o presidente solicitava o envio à colônia militar de “um padre, um médico, um professor e uma professora, brasileiros”, a fim de diminuir a influência francesa que estaria suprindo essa carência no Amapá, insinuando-se “no espírito da população”.

---

<sup>2</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 24 de setembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

É provável que a decisão de enviar um juiz a Vigia não se restringisse somente ao fato da notícia mencionada ter sido publicada por um jornal local. Enquanto posto alfandegário, Vigia era frequentada por muitos comerciantes e viajantes de vários locais da província, os quais certamente levavam e traziam informações e ideias, além das mercadorias. Desse modo, no relatório do juiz Francisco Pereira, escrito apenas um dia após ter saído em sua missão, consta que o mesmo conversou com “pessoas gradas e circunspectas” e obteve de dois comerciantes de peixes recém-chegados do contestado, a informação de que a vila de Cunani,<sup>3</sup> no Amapá, seria composta de escravos fugidos e desertores do Exército e da Armada, “cujo quilombo (a que eles chamam *village*)” possuía cerca de quinhentas almas e regimento de polícia. Em outro importante povoado daquela região, chamada *village du Amapá*, segundo Pereira, haveria uma capela coberta de palha na qual um padre francês batiza há tempos. Este mesmo padre, aliás, teria visitado Vigia no mês de julho e “conversado longamente” com o vigário local, solicitando imagens de santos e óleos, a fim de celebrar os sacramentos.<sup>4</sup>

Como se pode ver, o juiz atuou como um típico agente de polícia em diligência para investigar um crime, recorrendo a diversos informantes, de comerciantes a clérigos, para fundamentar seu relatório, posteriormente enviado ao ministério. A título de prova, inclusive, anexou àquele documento um folheto colorido que teria recebido de uma das suas “testemunhas” e que estaria sendo distribuído entre a população do Amapá, nas laterais do qual está impressa a Marselhesa, e ao centro destaca-se um homem empunhando uma espada. Sua expressão de orgulho sugere que ele canta o hino enquanto aperta a bandeira francesa contra o peito, o que confirmaria o caráter explicitamente imperialista daquele país sobre o contestado e a utilização do simbolismo revolucionário como instrumento do expansionismo territorial francês na América do Sul.<sup>5</sup>

A quantidade de dados presentes em apenas dois ofícios e um relatório, portanto, é bastante expressiva, e a análise a partir deles pode seguir diferentes direções. De forma mais direta, essas correspondências nos ajudam a visualizar as tensões diplomáticas entre Brasil e

---

<sup>3</sup> Nas correspondências arquivadas no Itamaraty, a nomenclatura desta vila apresenta grande variação entre autoridades e jornais. Os nomes mais comuns são Guanany e Coanany. Neste trabalho utilizaremos a forma “Cunani” mais empregada pela historiografia.

<sup>4</sup> AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 27 de setembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

<sup>5</sup> Sobre a importância das imagens e símbolos da revolução francesa, ver HUNT, 2007.

França no final do século XIX, momento em que questões ligadas ao domínio sobre territórios se tornava estratégico e fundamental para muitos governos, conforme demonstrava a situação na África e Ásia. Mas, a preocupação com o trânsito e convívio, fora do controle das autoridades, de escravos e outros tipos de fugitivos, comerciantes, garimpeiros, índios, etc., das mais diversas nacionalidades entre o Pará e o Caribe, emergem a todo o momento nas falas oficiais, conforme demonstraram importantes estudos sobre a dinâmica daquela região (QUEIROZ e GOMES, 2002).

De todo modo, diante da aparente falta de reação do ministério, o presidente do Pará, Visconde de Maracajú, ratificou suas declarações sobre o Amapá em ofício datado em 19 de outubro, acompanhado de um novo relatório do juiz Francisco Pereira, elaborado em Vigia no dia 12, e um mapa detalhando os principais rios, ilhas e vilas entre a foz do Amazonas e o norte da Guiana Francesa.

Seguindo a mesma metodologia anterior na coleta das informações, o juiz reafirmou que no Amapá existiam três importantes povoados compostos, “em sua maioria, por brasileiros – escravos fugidos e desertores – com os quais convivem alguns forasteiros, comerciantes regatões brasileiros e franceses de Caiena”. Ao final, alertava que em Cunani teria sido criada uma espécie de “capitania do porto”, com a cobrança de multa e até prisão dos navegantes que se dirigiam ao território francês e não possuíam um passe concedido naquela vila.<sup>6</sup>

Desse modo, o cenário descrito pelas autoridades paraenses acerca da situação do extremo norte, aos seus superiores na estrutura governamental do Império, era o seguinte. De um lado, quilombolas e outros personagens à margem da censura e regulamentação legal de ambos os países, se reunindo para criar e administrar um conjunto de regras próprias e que, ao invés de se submeter, estavam aplicando sanções e penalidades de acordo com as suas conveniências. Por outro, a constante ameaça de ocupação francesa, representada pela presença de funcionários civis e eclesiásticos – engenheiros, professores, médicos, naturalistas e padres – esquadrinhando o espaço, instruindo em língua estrangeira, assistindo aos doentes, recolhendo informações geomorfológicas, batizando e tornando cidadãos franceses os habitantes da região contestada.

---

<sup>6</sup> AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 19 de outubro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

Se cruzarmos as informações obtidas até aqui, a partir das correspondências entre o Pará e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com outra importante fonte oficial bastante utilizada em estudos sobre o século XIX, os relatórios dos presidentes de província, notamos o quanto a documentação diplomática pode enriquecer a análise, por exemplo, revelando questões que dificilmente estariam presentes nas falas dos chefes do executivo provincial.

Duas especificidades dos relatórios de província estão relacionadas à própria natureza desse documento. Em primeiro lugar, por se tratar de um instrumento cuja finalidade era informar as realizações de um determinado governo, através dele os presidentes almejavam demonstrar-se competentes administradores, não apenas por se tratar de um cargo bastante instável, cuja nomeação e exoneração poderiam ocorrer a qualquer momento, mas porque isso também incidiria sobre o futuro político do ex-presidente (GRAHAM, 1997). Segundo, apesar da nomeação de sucessivos presidentes não paraenses para aquela província do norte, provocando críticas quanto ao desconhecimento da região, como em outros locais, os seus relatórios frequentemente apresentam queixas por deficiência na coleta de dados, especialmente econômicos, fato atribuído à extensão territorial, problemas de locomoção, despreparo e reduzido número dos funcionários (QUEIROZ, 2005: 41).

Certamente, nenhum desses fatores impediu o presidente Visconde de Maracajú de tomar conhecimento dos assuntos relacionados ao Amapá. Muito pelo contrário, desde o início parece haver um esforço no sentido de reunir a maior quantidade de informações possíveis, designando tarefas aos seus subordinados (magistrados e militares), os quais recorreram às mais diversas instâncias em busca de indícios e provas que pudessem fundamentar um posicionamento mais claro frente à questão. Justamente por isso, é bastante significativo o fato de o relatório do Visconde não citar uma única palavra sobre um tema que incomodou seu governo, entre os anos de 1883 e 1884. Na verdade, segundo ele, não havia nada que indicasse qualquer perturbação da “tranquilidade pública na província, e nem outra coisa se deve esperar da índole pacífica e ordeira do povo paraense”.<sup>7</sup>

Mais do que simplesmente omitir – muito menos esquecer –, podemos dizer que existe um esforço deliberado em informar, negar ou mesmo “eliminar os fatos” através da sublimação do seu registro à posteridade, conforme as circunstâncias. Isso pode ser atribuído,

---

<sup>7</sup> Relatório com que o Exmo. Snr. general Visconde de Maracajú passou a administração da província ao 2.o vice-presidente, Exmo. Snr. dr. José de Araujo Roso Danin, no dia 24 de junho de 1884. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1884, p. 20. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/556/>>. Acesso em: 06 de dez. 2012.

em parte, aos aspectos ligados à constituição e finalidade dos documentos, os quais devem ser levados em consideração na distinção e uso historiográfico daqueles dois tipos de fontes.

Referimo-nos, sobretudo, às diferenças dos registros ainda no seu próprio contexto ou realidade, pois, enquanto uma grande parcela dos documentos diplomáticos era classificada como “reservada”, o que limitava seu acesso a autoridades muito específicas, os relatórios de província deveriam ser lidos pelos deputados provinciais e no Conselho de Ministros do Império. Sem dúvida, isso também condicionava a escolha dos temas a serem tratados: o que poderia ser dito ou não, para quem e de que forma.

O fato é que a profusão de correspondências entre o presidente do Pará e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, acerca do Amapá, contrasta profundamente com o “silêncio” do relatório apresentado pelo Visconde na ocasião da transmissão do seu cargo. Mas, como veremos, a escolha do assunto de acordo com os interlocutores, não implicava necessariamente subserviência hierárquica entre autoridades, uma vez que o presidente insistiria em continuar tratando das questões na fronteira e obter uma resposta do governo central.

Dessa forma, no dia 3 de novembro de 1883, o presidente do Pará remeteu ao ministro Francisco de Carvalho Soares Brandão, um recorte do jornal Liberal do Pará daquele mesmo dia, no qual constava a notícia de que os franceses haviam chegado ao Cunani e feito “os negros fugidos e desertores, que ali se acham, jurarem bandeira, declarando-se cidadãos franceses”. Além disso, o jornal publicava trechos de uma suposta carta enviada por um comerciante, datada de 22 de agosto, na qual o remetente prometia copiar e enviar a ata de uma “eleição feita pelos pretos, para v. ver os escravos que tem aqui”. Para o Visconde de Maracajú, estava muito clara a intenção da França “de ir pouco a pouco assenhorando-se d’aquela território”.<sup>8</sup>

Uma semana depois, um verdadeiro dossiê foi enviado em anexo a um ofício datado em 10 de novembro. Nele constavam relatórios sobre o Contestado franco-brasileiro escritos pelo promotor público da comarca de Macapá, pelos diretores interino e efetivo da Colônia Pedro II e por um engenheiro encarregado da comissão de discriminação de terras da província do Pará. Todos relatavam o encontro que cada um teve, em diferentes ocasiões, com

---

<sup>8</sup> AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 3 de novembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

o naturalista francês Henri Coudreau, o qual teria se apresentado ao promotor de Macapá com um cartão no qual se lia “*professeur de sciences économiques en mission scientifique à l’amazon*”.<sup>9</sup>

Novamente, é importante destacar que esta documentação pode ser vista pelo menos de duas maneiras. Num sentido estrito e mais direto, temos a postura das autoridades preocupadas com a presença francesa no contestado. Neste caso, o alerta constante nas correspondências era sempre o risco da colonização e perda daquele território para a França. Mesmo nessa perspectiva, contudo, podemos ir além, buscando entender como o tema era tratado no interior da burocracia estatal, onde poderia ser mencionado, omitido e o grau de importância dado ao assunto.

Acompanhando a série aqui analisada, por exemplo, chegamos à conclusão de que nenhum dos cinco ofícios expedidos de setembro a novembro pela secretaria da presidência do Pará obteve qualquer resposta, o que deve ter causado, no mínimo, uma constrangedora sensação de desprestígio ao Visconde de Maracajú. No último documento citado acima, em tom de justificativa, mas também repreensão, ele pede ao ministro que “se digne dizer-me o que devo fazer a respeito, por quanto até hoje nenhuma providência tenho tomado por falta das necessárias instruções”.<sup>10</sup>

Em outro sentido, ultrapassando as intenções voluntárias das correspondências, vemos diversos personagens surgindo ao redor do argumento oficial sobre a ameaça imperialista, mesmo que a intenção ao citá-los seja reforçar essa afirmação. Desse modo, ao invés de nos restringirmos aos condicionamentos das fontes que pretendiam informar que negros fugidos e desertores estavam servindo como “peões” no tabuleiro da diplomacia entre Brasil e França, deixando-se naturalizar, batizar e educar pelos franceses, podemos buscar entender qual a importância atribuída a esses atos pelos moradores do contestado, o que os teria motivado a criar instituições de fiscalização e pedágio restringindo a navegação para a Guiana Francesa, e o que representava para aquela população uma “eleição feita pelos pretos” no Cunani.

---

<sup>9</sup> AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 10 de novembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

<sup>10</sup> Ibidem.

Os últimos ofícios enviados pelo Visconde de Maracajú, ao ministro Francisco de Carvalho Brandão, tratavam de um boato sobre uma bandeira brasileira rasgada em uma festa promovida por franceses na vila do Espírito Santo do Amapá.<sup>11</sup> Contudo, mais importante do que o tema dos ofícios é uma informação aparentemente marginal, contida em um recorte do jornal Diário de Belém anexado àquela correspondência. Segundo o periódico, o quilombo de COUNANI – “conhecido desde largos anos” – habitado por escravos fugidos de Macapá, Vigia, Cintra e Belém, tinha sido elevado a categoria de “colônia, com autoridades constituídas em nome da república francesa”. Reproduzindo informações publicadas pelo jornal Liberal de Vigia, o Diário de Belém revelou os nomes dos ocupantes dos cargos do suposto Estado de COUNANI:

*Trajano (escravo de Raymundo Alves), capitão; Emilio Bazini, oficial destacado; João Pinto (escravo de José Alves Dias), 2º oficial; Serafim (escravo do Tenente-Coronel Barbosa de Lima), anspeçada; Manoel Joaquim, M. dos Santos e Germano (livres), praças; Pedro de Souza (escravo de Cassiano Alvares), maire da vila; Lourenço Palha (escravo do capitão Moura Palha), fiscal; Quintino Maciel (escravo da orphã d. Maria da Glória, de S. Caetano), juiz de paz; Cyriaco (escravo de Raymundo de Souza), capitão do porto.*<sup>12</sup>

Nomeados ou não pelo governo francês, o fato é que o COUNANI possuía um corpo burocrático composto em sua maioria por escravos que haviam encontrado refúgio seguro no Amapá, embora seus senhores fossem todos conhecidos, e seria razoável supor que essa população sabia reconhecer muito bem as oportunidades que o litígio entre a França e o Brasil proporcionava a eles. Estamos, portanto, muito distante dos argumentos que preconizam as ações dos subalternos como resultado das oportunidades “oferecidas” pelas elites, principalmente em momentos de dissenção social ou política entre os dominantes.<sup>13</sup>

Já no final do século XIX, a publicação de uma grande obra escrita por Domingos Antônio Raiol em cinco volumes, entre os anos de 1865 e 1890, influenciou profundamente o pensamento historiográfico no Pará, disseminando a ideia de que a Cabanagem, e outras revoltas ocorridas entre 1820 e 1835, seriam um nefasto resultado das disputas políticas

<sup>11</sup> AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 28 de janeiro de 1884. Correspondências, Pará 1884 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-7. Além deste, seriam expedidos ofícios sobre o mesmo assunto nos dias 11 de fevereiro, 22 de abril e 10 de maio. O primeiro basicamente informava o boato (através de recortes dos jornais Diário do Gram-Pará, Diário de Belém, Liberal do Pará e Província do Pará), o segundo e terceiro o negavam, enquanto o último confirmava o dilaceramento da bandeira.

<sup>12</sup> AHI. *Diário de Belém*. 20/01/1884. Ibidem.

<sup>13</sup> Sobre as ações de escravos em meio a conflitos políticos entre as classes dirigentes, ver ANDRADE, 1998-1999: 78-80.

envolvendo os partidos Liberal e Conservador na província. Segundo o autor, essas intrigas teriam enfraquecido a autoridade governamental, abrindo espaço para a insurreição das classes populares insufladas pelos próprios membros da elite paraense (RAIOL, 1970).<sup>14</sup>

Nos final dos anos 1940, Arthur Cezar Ferreira Reis seguiu argumento parecido ao analisar a chamada “República de Cunani”. Através de extensa pesquisa no Arquivo Público do Estado do Pará e no Arquivo Histórico do Itamaraty (embora não referencie suas fontes detalhadamente ao longo do texto), o autor concluiu que a proclamação do que ele chamou de “pseudo Estado” teria sido uma estratégia do romancista Jules Gros, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, para obter lucros com a venda do Cunani a França. Mas, diante do escândalo e ridicularização do caso, o governo francês teria oficialmente extinto aquela república em 2 de setembro de 1887 (REIS, 1949: 95). A população do contestado, então, teria sido enganada com promessas de autonomia e liberdade, por um simples charlatão oportunista.

Apesar da extinção da “República de Cunani”, haveria outra tentativa de estabelecer um governo autoproclamado e administrado por mandatários locais, desta vez na república. Trata-se de um triunvirato composto por brasileiros, supostamente eleito pelos habitantes da vila do Espírito Santo do Amapá, em dezembro de 1894.<sup>15</sup> No ano seguinte, um sangrento conflito entre uma expedição vinda da Guiana Francesa e os habitantes do Amapá, acabou tendo dois efeitos imediatos. Precipitou a criação de uma comissão entre o Brasil e a França para a resolução definitiva sobre o domínio do contestado, e criou o mito em torno de um “herói nacionalista” chamado Cabralzinho.

Este último episódio revela bem o quanto os argumentos historiográficos podem variar, de acordo com as intenções e questionamentos de quem os utiliza, pois, enquanto Arthur Cezar Ferreira Reis considerou Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, “a alma do movimento de resistência à agressão francesa de 15 de maio de 1895” e “defensor da integridade territorial da pátria”, Jonas Marçal, através dos mesmos tipos de documentos consultados por Reis, verifica a obscuridade quanto às origens e intenções daquele

---

<sup>14</sup> A partir de 1980, contudo, diversos estudos passaram a criticar o caráter elitista das análises baseadas nesse tipo de interpretação, buscando entender melhor as motivações especificamente populares do movimento. Cf. SALLES, 1992.

<sup>15</sup> Acta da 1ª sessão, que teve lugar na sala da Capitania para tratar-se da nova forma de Governo que deve de hoje em diante dirigir os destinos do Território do Amapá, *apud* REIS, 1949: 137. É interessante notar que os autores do documento (considerando que Arthur Reis o citou *ipsis litteris*) utilizaram a nomenclatura “Território do Amapá”, oficialmente criada apenas em 1943, a partir do decreto nº 5.812 de 13 de setembro.

personagem, tido como um dos fundadores do Partido Republicano Democrata em Belém, o qual fazia oposição ao Partido Republicano Federal, naquele momento à frente do governo paraense (QUEIROZ e COELHO, 2001; FARIAS e SILVA, 2011: 183-200).

Após situar as conveniências relacionadas a afirmação de Cabralzinho como herói patriota, tendo em vista as vicissitudes e dificuldades do governo republicano recém-instaurado, Marçal pondera sobre o tipo de governo conduzido por Francisco Cabral no Amapá, citando um relatório arquivado no Itamaraty que Arthur Reis certamente conhecia, mas preferiu omitir em sua obra. Datado em 19 de outubro de 1895, o diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnographia, Emílio Goeldi, em visita ao Amapá afirmou que embora não tenha tido oportunidade de conhecer Cabral mais de perto, por ter este seguido viagem logo após a chegada do diretor, notou que “a gente da sua roda [era] uma oligarchia de capangas[...]. A população vive debaixo de uma tyrannia nojenta e percebi desde as primeiras horas syntomas serios de descontentamento, de opposição”.<sup>16</sup>

Tendo ou não conhecido Francisco Cabral, muito menos estado na região contestada, o fato é que os diários paraenses, e logo em seguida os principais jornais do país, passaram a destacar a figura de Cabralzinho, como um verdadeiro defensor da integridade, orgulho e interesses nacionais. Alguém que teria enfrentado – praticamente sozinho e sem maiores recursos – toda a insolência e cobiça das pretensões estrangeiras sobre uma pobre e indefesa extremidade da nação. Nesse sentido, a exploração político-discursiva do conflito entre os franceses e Cabralzinho, enquanto expressão trágica de múltiplos interesses em disputa pelo Contestado Franco-Brasileiro, alinhava-se com a busca de legitimação por parte do regime republicano como um todo, levando-se em conta as vicissitudes de um sistema político recém-instaurado, sem participação popular, e ainda combalido por sucessivas crises econômicas desde os seus primeiros anos, conforme analisou José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1990).

Em consequência, em 1897 os governos da França e do Brasil assinavam um acordo no qual se comprometiam em entregar o arbitramento final sobre o Contestado para a Confederação Suíça. Três anos depois a decisão favoreceria o Brasil, defendido no pleito pelo

---

<sup>16</sup> AHI. Exposição sumária da viagem realizada ao território contestado franco-brasileiro pelo Museu Paraense de História Natural e Etnographia. Documentação Rio Branco, parte III, Códice 340-2-3.

diplomata Barão do Rio Branco. Mas, o esforço de reestruturação política e administrativa do Amapá exigiria medidas concretas que deveriam ser postas em prática imediatamente.

Então, no ano seguinte ao Laudo Suíço, o governo paraense decretava que a antiga região do Contestado passaria a se chamar “Aricary”, criando duas circunscrições chefiadas por delegados: a primeira sediada na vila de Amapá e a segunda sediada em Calçoene, a qual teve seu nome mudado para Montenegro, em homenagem ao governador do Pará, mas principalmente em virtude da conotação francesa da denominação original.<sup>17</sup> Poderíamos, contudo, nos questionar a respeito de qual teria sido a receptividade do arbitramento suíço entre as diferentes populações que habitavam o Amapá naquela virada de século, bem como sobre a nova organização política à qual estavam sujeitos.

Assim, poucos dias antes de ser nomeado para administrar a circunscrição de Cassiporé, com sede em Montenegro, Egydio Leão de Salles visitou as vilas de Cunani e Calçoene, reportando-se ao governador através de carta datada de 31 de dezembro de 1900. Segundo ele,

*a notícia da decisão a favor do Brasil foi recebida com indiferença pelos cunanienses, em que notei muita frieza: alguém me disse que se a decisão fosse a favor da França era muito possível que a festejassem. Não duvido. [...] Em Calsoene [sic] a notícia foi conhecida no dia 15, sendo nós portadores dela: parece que o resultado causou surpresa a muitos súditos franceses, que tinham por certa a decisão pelo Calsoene. Alguns não podendo ocultar seu descontentamento, inquiriram dos outros se a França se havia conformado com a decisão do árbitro. Os habitantes de Calsoene são na sua maior parte ingleses, franceses e holandeses (das guianas): o elemento brasileiro é quase nenhum.<sup>18</sup>*

No caso da vila de Amapá, porém, podemos supor que a maioria das medidas implantadas pelas autoridades constituídas após o arbitramento foram bem recebidas, não obstante uma testemunha tenha registrado que, para “um povo acostumado a viver sem lei, o princípio da autoridade era a tarefa mais dificultosa” que se impunha àqueles que detinham algum poder público (BUARQUE, 1908: 15).

O mesmo autor da frase citada acima, Manoel Buarque, dizia que em 1901 Calçoene permanecia como uma “localidade puramente estrangeira” composta por aproximadamente cinco mil habitantes, quase todos garimpeiros. No entanto, a organização do aparelho burocrático local estaria repelindo boa parte dessa população, uma vez que tais mineiros

<sup>17</sup> IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957, v. XIV, p. 19. Ver também PORTO, 2003: 108-111.

<sup>18</sup> “Carta-ofício do Dr. Egydio Leão de Salles ao Governador, 31/12/1900”. Arquivo Público do Estado do Pará *apud* ROMANI, 2003: 86.

estariam “acostumados a viverem à lei da natureza, matando e roubando, sem crime” (BUARQUE, 1908: 16). Dessa forma, em 1905 a vila do Amapá já possuía uma Intendência Municipal, mercado público, clube recreativo, escola e Coletoria. Calçoene, rebatizada de Montenegro, tinha recebido escola e uma Mesa de Rendas. Cunani também recebera uma escola mista. Por fim, Buarque chama a atenção para uma tentativa frustrada de incentivo ao povoamento e à produção agrícola, a partir de imigrantes nordestinos no Amapá. Entre os anos de 1903 e 1904 trinta famílias vieram do Ceará, mas regressaram em pouco tempo, de forma que todo o investimento deu resultado nulo, “como quase todas as colônias agrícolas no Pará” (BUARQUE, 1908: 22).

De maneira geral, no entanto, notamos que as queixas sobre o abandono do Amapá pelas autoridades continuam sendo recorrentes nos primeiros anos do século XX, pois, embora Buarque enfatize algumas das medidas citadas anteriormente, ele próprio acaba reconhecendo que as administrações teriam sido praticamente inócuas diante do que precisaria ser feito.

Em 1907 foi fundada a colônia militar do Oiapoque e desativou-se a D. Pedro II, às margens do rio Araguari. Os objetivos eram claros, mesmo não sendo originais: estímulo à colonização e defesa territorial. Da mesma forma, pretendia-se controlar o acesso e circulação de pessoas e mercadorias, especialmente se o produto em questão fosse o ouro. Contudo, seria apenas no início da década de 1920 que o governo brasileiro enviaria uma comissão ao Amapá, no intuito de estabelecer as bases para uma experiência agrícola efetiva naquela região de fronteira. Desse modo, nos primeiros meses de 1921 chegavam “os materiais necessários à construção de um hospital, da casa de administração e de uma escola, além de grande cópia de ferragem, instrumentos de lavoura e de uma pequena serraria a vapor, para facilitar a construção das casas dos colonos”<sup>19</sup> – a maioria dos quais eram cearenses atingidos pela grande seca de 1915-1919 – que ocupariam o Núcleo Colonial Cleveland (ROMANI, 2003:108-120).

Em pouco tempo, porém, Cleveland integrou a longa lista de fracassos em colônias agrícolas no Pará. Todavia, o governo federal não demorou em dar outro destino à infraestrutura já existente naquele local. Transformada em colônia penal, Clevelândia do Norte passou a ser o destino de muitos dissidentes, anarquistas, comunistas e demais “indesejáveis” ao poder público em regime de exceção, a partir da chamada Revolução de

---

<sup>19</sup> “A Noite, 7/4/1921”, apud ALICINO, 1971: 86.

1924. Muitos jamais retornaram aos seus estados de origem, pois, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, um relatório encaminhado ao Ministro da Agricultura de Artur Bernardes informava “que, em 1926, dos 946 prisioneiros desterrados para Clevelândia, 444 haviam morrido” (PINHEIRO, 1991, p. 95).<sup>20</sup> Após 1927, com o fim do estado de sítio, foi feita uma nova tentativa de retomar as pretensões agrícolas em Clevelândia, tornando-a ainda um posto avançado do Exército Brasileiro. Mas, com o regresso dos últimos prisioneiros ao Centro-Sul do país, o destacamento foi sendo paulatinamente transferido até que, “em 1930, já não havia mais militares em Clevelândia” (ROMANI, 2003: 383).

### Considerações finais

Durante longos anos, a região entre os rios Araguari e Oiapoque teve diferentes significados, em variados contextos. Para as autoridades portuguesas e depois brasileiras, representava uma frágil área de fronteira com potenciais invasores, que faziam notar suas presenças através de incursões mais ou menos constantes. Destes, sem dúvida os franceses representavam o “maior perigo”, situação que se fez mais tensa com o acirramento das posturas imperialistas no final do século XIX. Ainda assim, surpreende a postura de hesitação das autoridades brasileiras, especialmente aquelas no Rio de Janeiro, mesmo quando o trânsito de exploradores, padres, professores e médicos parecia não deixar mais dúvidas sobre as intenções francesas acerca do contestado.

Por outro lado, a complexa organização social ou alianças de momento surgidas entre fugitivos – notadamente aqueles que eram cativos em suas regiões de origem –, garimpeiros, desertores, aventureiros e outros, demonstra o quanto esses indivíduos estavam atentos às possibilidades criadas pela disputa territorial entre as duas nações. Assim, ao invés de se submeter às leis de uma ou outra, parece razoável pensarmos que essas pessoas estavam dispostas a criar e gerenciar suas próprias instituições, construindo e alargando possibilidades de acordo com seus interesses, em sua maior parte muito distante de qualquer vaga noção de nacionalismo, nos moldes europeus, conforme podemos notar através de episódios como a República de Cunani e o Triunvirato do Amapá.

---

<sup>20</sup> Sobre Clevelândia, ver também SAMIS, 2002 e BRITO, 2008. Para uma análise sobre “a vida nas prisões” a partir da repressão do Estado aos diversos tipos de movimentos sociais, operários, militantes e segmentos populares de forma geral, na primeira metade do século XX, ver FERREIRA, 1997: 99-122.

Em geral, o fracasso das iniciativas colonizatórias e, particularmente, o terror absoluto representado por Clevelândia do Norte, demonstraram que a definição da posse brasileira sobre o extremo norte não necessariamente trouxe qualquer impulso civilizatório para essa porção da Amazônia. Muito pelo contrário, passados os áureos anos da economia da borracha, a situação daquelas regiões – que, na verdade, nunca participaram de toda pujança e luxo concentrados quase que absolutamente em Belém e Manaus – tendeu a ficar cada vez pior, sem que jamais a Guiana brasileira tenha sido completamente abandonada pelos garimpeiros e outros aventureiros, que continuaram desafiando as instituições de controle e circulação de pessoas na área de fronteira, muito depois do Laudo Suíço.

### BIBLIOGRAFIA

ALICINO, Padre Rogério. **Clevelândia do Norte**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas**. *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999).

BRITO, Edson Machado de. **Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa**. Dissertação de mestrado em História. PUC/SP, 2008.

BUARQUE, Manoel. **O Amapá depois do Laudo Suíço**. Belém: Typ. da Casa Editora Pinto Barbosa de Nestor Câmara, 1908.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/Universidade federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957.

FARIAS, William Gaia; SILVA, Raimundo Nonato da. “Veiga Cabral e os jogos políticos na transição da monarquia a república”. In: AMARAL, Alexandre; OLIVEIRA, Augusto; SANTOS, Dorival; CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney (Orgs.). **Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá**. Belém: Açaí, 2011.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na revolução francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003.

QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cesar. **Amazônia**: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. **Amazônia, fronteiras e identidades**: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX). Lusotopie, 2002/1.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. **Artífices do próspero mundo novo**: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889). Tese de doutorado em História-USP, São Paulo, 2005.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos** – ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3 vols.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá**: Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROMANI, Carlo. **Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil**: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). Tese de doutorado, IFCH – Unicamp, Campinas, 2003.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

16

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia Colonial**: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.